

Processo: 00518-2008-022-03-00-0 RO (v. fundamentação)

Data de Publicação: 31/01/2009

Órgão Julgador: Quinta Turma

Juiz Relator: Des. Jose Murilo de Moraes

Juiz Revisor: Juiz Convocado Rogerio Valle Ferreira

RECORRENTES: ITAÚ SEGUROS S.A. E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RECORRIDOS: OS MESMOS

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ. OBRIGAÇÃO LEGAL. DESCUMPRIMENTO. DANOS MORAIS COLETIVOS. O descumprimento da obrigação de contratar aprendizes implica lesão a um número indeterminado de menores, não identificáveis, que poderiam ser contratados como aprendizes nos estabelecimentos do réu, além de provocar prejuízo à sociedade como um todo, que tem total interesse na profissionalização dos jovens brasileiros. Logo, responde por danos morais coletivos o empregador que não observa a responsabilidade atribuída pelo art. 429 da CLT c/c o art. 227 da CR.

RO 00674-2010-072-03-00-1 – 7ª Turma, relatora juíza Alice Monteiro de Barros – Publicação: DEJT 28.04.2011

Recorrente: LIGAS DE ALUMÍNIO S.A. - LIASA

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

URL: <http://as1.trt3.jus.br/consulta/redireciona.htm?pIdAcordao=813091&acesso=2ae5acd0a850d91389e34eca7563220d>

APRENDIZ. COTAS PARA CONTRATAÇÃO. Segundo o artigo 429, da CLT, com a nova redação dada pela Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem em número equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. O cálculo da cota de contratação de aprendizes, é regulamentado pelo artigo 10 do Decreto 5.598/2005, segundo o qual o aprendiz deverá desempenhar funções que demandem formação profissional, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ficando excluídas as funções que exigem formação técnica ou superior e os cargos de direção, gerência ou confiança. Consoante o § 2º desse mesmo dispositivo, serão "incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos", donde se conclui que nenhuma outra função além daquelas expressamente discriminadas no § 1º do já referido artigo 10 do Decreto 5.598/2005 poderá ser excluída para cálculo da cota de aprendizes.